

Ata da Audiência Pública para demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do Município de Guapimirim referente ao Terceiro Quadrimestre de 2017, realizada no dia 27 de fevereiro de 2018.

Às onze horas e dezessete minutos do dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e dezoito, na Sala de Reuniões da sede do Poder Legislativo de Guapimirim, realizou-se a Audiência Pública para demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do Município referente ao Terceiro Quadrimestres de 2017, consoante os termos do §4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), regularmente convocada por meio do aviso publicado no "site" oficial da Câmara Municipal de Guapimirim (www.camaradeguapimirim.rj.gov.br) e no quadro de avisos do mesmo órgão. A Mesa foi composta pelos vereadores Osvaldo São Pedro Pereira, que presidiu a reunião, e Nelcir do Amorim Alves, pela Sr.ª Lucimar Simas, Secretária Municipal de Fazenda, e pelo Sr. Ernane Helio Dias, Subsecretário de Fazenda. Declarada aberta a audiência, o Sr. Presidente passou a palavra ao **Subsecretário Ernane**, que cumprimentou a todos e explicou que a Audiência Pública tinha o objetivo de cumprir o disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), referindo-se esta aos dados econômicos do ano 2017; que as prestações de contas futuras serão encaminhadas ao TCE-RJ dentro do prazo legal de 60 dias de abertura da sessão legislativa, e, logo após a análise prévia do órgão, serão apresentadas a esta Casa para que os edis analisem e deliberem sobre as contas de 2017; que em 2017 houve um panorama diferente de trabalho em termos de arrecadação fiscal; que o Orçamento não havia sido elaborado pelos atuais vereadores, mas que havia vindo de 2016 para 2017, ao qual a atual gestão municipal deu cumprimento; que houve uma considerável melhora dos índices da LRF, mas que não fora atingido todo o seu conteúdo e toda sua necessidade; que a receita estimada para 2017, ajustada, ficou em cento e setenta e sete milhões, chegando-se a cento e setenta e um milhões de arrecadação, ou seja, 3,45% abaixo da meta fiscal estimada no orçamento; que, na apresentação do ano passado, o número foi de 12% abaixo da receita estimada para a receita arrecadada; que isso significava uma melhora no escopo de arrecadação, contudo, insuficiente para atingir a arrecadação de acordo com a LRF; que houve, dentro da receita arrecadada, a parte do FUNDEB, e algumas outras deduções; que, desses recursos, não se atingiu o valor estimado nos próprios e se ultrapassou o dos royalties; que, talvez, a parte dos royalties para 2018 não se repita; que os próprios ficaram dentro da expectativa, os quais, no ano passado, ficaram 14% abaixo, do arrecadado para o estimado, caindo, em 2017, para 6%; que havia uma perda inflacionária a ser considerada, mas que não havia sido incluída nos números reais apresentados; que o quadrimestre apresentou uma melhora em todos os seus índices de arrecadação, crescendo, em relação a 2016, 69%; que o IPTU foi recebido somente dentro do último quadrimestre, refletindo nesse aumento; que também houve acréscimos nos royalties e nas vinculadas, tratando-se de repasses de final de ano que ocorrem

naturalmente no último quadrimestre; que o IPTU teve um valor expressivo porque foi arrecadado em urna única cota no final do ano, sendo apresentado, portanto, de uma forma irreal dentro dos quadrimestres; que, por isso, 203% não representavam a realidade de crescimento; que, com o TAC, foi respeitado o valor de 2016 acrescido de correção monetária; que houve uma queda no Imposto de Renda Retido da Fonte, que se deu entre a evolução salarial dos servidores e o que é retido das empresas na hora da tomada do serviço, fazendo que esse número varie; que o valor do IPTU está irreal e, neste ano, seria feito em parcelas, sendo diluído ao longo do ano; que O imposto de renda iria variar de um quadrimestre para o outro, de acordo com o movimento econômico que se vai gerando; que o IT131 cresceu, sendo esse crescimento real, assim como o do ISS; que o ICMS tem uma variação, conforme Lei Complementar 63/90, dependendo da arrecadação do Estado, da evolução de toda a economia do mesmo e a partilha do município, tendo um crescimento que reflete ao final de ano, época de Natal, e, por isso, essa partilha flutua muito ao longo dos exercícios; que, dentro das receitas próprias, houve um crescimento considerado real pelo IPTU; que os royalties tiveram crescimento também, mas não representa, acontecendo o mesmo com as vinculadas, sendo, no contexto geral, uma queda; que caiu a receita própria daquilo que estava orçado, do estimado para o arrecadado, como a arrecadação do FUNDEB, que é repasse, não se tendo controle sobre ela; que houve urna queda na receita líquida do município; que essas quedas reduziram, em relação ao ano passado, razoavelmente bem, sendo na casa de dois dígitos; que essas quedas foram reduzidas graças às políticas fiscais adotadas pelo governo no ano passado e que estavam sendo adotadas para este ano, esperando-se, dessa forma, para os próximos quadrimestres, uma evolução, com uma avaliação positiva; que a implementação de medidas que a Secretaria de Fazenda estava adotando para evitar, principalmente, a evasão fiscal, a melhora do perfil da arrecadação, a melhora na implementação de mecanismos que vá trazer à arrecadação resultados mais consistentes, com políticas novas que foram implementadas, como a implantação da COSIP, a mudança na metodologia da cobrança da taxa de lixo, para fazer jus àquilo que o município desembolsa, mudando, assim, o escopo da arrecadação para 2018, com reflexos positivos para os próximos dois ou três anos, quando a economia se consolidar; que o país passa por uma mudança muito difícil, buscando-se para o município uma evolução consistente; que, basicamente, a tendência é reduzir essas margens de perdas e passar para as margens de crescimento econômico; que essa era uma pequena reflexão sua dentro do cenário do país, e dentro daquilo que os próprios cientistas políticos já falavam da nossa vida atual, pois achou pertinente falar isso na apresentação, já que o município estava melhorando e, a seu ver, ainda tinha muito que melhorar; que Thomas Hobbes, em seu livro O Leviatã, diz que "o homem é o lobo do homem"; que Rousseau, na Revolução Francesa, disse que "o homem nasce bom, mas a sociedade o corrompe"; que Voltaire quis contrapor Rousseau dizendo que "o homem é bom, mas a sociedade muda"; que, se para viver em sociedade, o homem deve se moldar ao

sistema posto, logo, quem muda é o homem, e a sociedade apenas segue a representação da vontade humana; que Schopenhauer diz em uma de suas obras que a sociedade é uma obra brilhante do homem; que isso era o que ele tinha a apresentar, procurando ser o mais sintético possível, atendendo a LRF e dando transparência àquilo que a Secretaria de Fazenda estava fazendo, procurando evoluir dentro da gestão do Prefeito Zelito, trazendo aquilo que é mais sólido e consistente, pois não adianta montar um projeto de trabalho de um órgão técnico, como é a Fazenda, baseado em premissas falsas, mas, sim, fazer um crescimento consistente a longo prazo, atendendo a sociedade, passando, neste ano, por um processo longo de recadastramento, com uma planta genérica de valores nova; que, com isso, acreditava que haveria uma melhora nesse escopo, nesse perfil, trabalhando ao longo do ano para que a apresentação do próximo quadrimestre já reflita um pouco da realidade de 2018, evoluindo ao longo do ano até chegar ao ano seguinte apresentando um quadrimestre final com números mais saudáveis e mais consistentes para o município e para a sociedade de Guapimirim. Com a **palavra**, o ver. **Nelcir** perguntou ao Subsecretário se havia alguma previsão de crescimento para este ano. O Sr. **Ernane** esclareceu que toda previsão tem que ter uma consistência; que se tem que tirar a inflação desse crescimento, acreditando ele que, neste ano, havia a possibilidade de crescer em torno de 10% de ganho real, que, dentro do orçamento, é aquilo que se pretende atingir, cumprindo a LRF; que, se olharmos para o orçamento, houve uma perda em torno de seis milhões de reais, de cento e setenta e sete milhões para cento e setenta e um milhões; que o orçamento que esta Casa aprovou no ano passado é mais bem elaborado, com uma mudança na forma de escopo; que, com a implementação das políticas que estão sendo adotadas, acredita-se que seria possível cumprir a LRF, mais a inflação, havendo um ganho real em torno de 10%, dependendo da ajuda da economia e da melhora do perfil econômico do país; que, ainda, é necessário encontrar uma solução para os royalties, que impactam diretamente na arrecadação; que há um problema a ser discutido com relação aos repasses governamentais, podendo dar certo ou não; que, com relação aos próprios, acredita em crescimento de 10% (A); que, em termos de transferências intergovernamentais, ele não teria como responder no momento, até que se tenha uma solução definitiva dessa situação. Com a **palavra**, o ver. **Oswaldo** acrescentou que havia um agravante neste ano: as eleições, o que criaria, a seu ver, mais dificuldades para o crescimento, pois, enquanto o país não se estabilizar, os municípios sofrerão. Quanto aos royalties, comentou que Guapimirim, neste mês, deixou de arrecadá-lo, sendo um problema constante ao qual o município teria que se adequar, gerando receita própria, de modo a não sofrer mais como no passado. Disse, ainda, entender que esse era um tema difícil, pois impactava diretamente no bolso do município, mas que é necessário elaborar um plano para que o município comece a ter outro tipo de receita, sem ficar somente na dependência dos royalties. O edil declarou acreditar que este ano ainda seria de dificuldades devido ao período de eleição, tendo em vista as trocas de governos, mas que não se podia perder as esperanças. Após,

agradeceu ao Subsecretário pela apresentação, e lamentou a pouca participação da população nessas audiências para acompanhar e cobrar corretamente, já que, geralmente, as pessoas acabam se baseando em informações do Facebook, onde eram plantadas notícias falsas para se derrubar governos, líderes, e até para causar guerras. Por fim, afirmou que ;empre poderiam contar com esta Casa de Leis, pois os nove vereadores estavam imbuídos naquilo que fosse melhor para o município. Com a **palavra**, a Sr.^a **Lucimar Simas**, Secretária Municipal de Fazenda, cumprimentou a todos e ratificou que o país e todos os municípios vinham passando por um momento muito difícil, e afirmou que os municípios que se prepararam e elaboraram sua legislação visando ao seu recurso próprio sofreram um impacto muito menor, como Niterói, por exemplo, o que é resultado de uma boa gestão. Disse, ainda, que Guapimirim deveria começar a olhar também para seus recursos próprios como prioridade, e agradeceu a esta Casa por ter abraçado esta causa junto à Fazenda Municipal, aprovando as matérias pertinentes enviadas pelo Executivo, permitindo, dessa forma, que se começasse a ver um grande progresso, que, provavelmente, levará de quatro a doze anos para ser totalmente alcançado, mas que precisava ser iniciado. Com a **palavra**, o Subsecretário **Ernane** ressaltou que, dentro desse cenário que estava se pensando na Secretaria de Fazenda, estava excluído o viés político; que governar município é diferente de outros órgãos; que há duas eleições que impactam a gestão da vida do cotidiano: a eleição majoritária no meio, e eleição, ou reeleição, no final do ano; que, para a Secretaria de Fazenda, que procura traçar um caminho técnico, não se pensa daqui a seis meses ou um ano, pois isso, fatalmente, daria errado, sendo o projeto, sempre, de quatro, oito ou doze anos, com resultado prático em vinte anos; que a mudança na legislação, que esta Casa, sabiamente, votou, terá resultados em longo prazo; que, quando se desenha esse crescimento, exclui-se o viés político, pois este pode ser tanto bom quanto ruim. dependendo de quem vai se apresentar no cenário em cada esfera, o que influencia nas decisões de empresários e investidores, como, hoje, podíamos ver a expectativa de o COMPERJ voltar a funcionar, trazendo um retorno indireto para a economia local, refletindo na arrecadação do município; que todo esse cenário é pensado, não se trabalhando somente número por número e arrecadação por arrecadação. Não havendo mais que quisesse fazer uso da palavra e concluída a apresentação, o Sr. Presidente encerrou a audiência pública quando eram onze horas e trinta e sete minutos. Nada mais tendo a registrar, eu, Vereador Osvaldo São Pedro Pereira, _____, mandei lavrar a presente Ata, que vai assinada por mim, pelo vereador Nelcir do Amorim Alves, pela Sr.^a Lucimar Simas, Secretária Municipal de Fazenda, e pelo Sr. Ernane Helio Dias, Subsecretário Municipal de Fazenda.